



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão, instalação e exibição em *outdoor* e *busdoor*, para veiculação de publicidade institucional, doravante denominado apenas serviços, visando atender a demanda da Assessoria de Comunicação e Cerimonial – ASCOM, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CAMPO GRANDE/MS		
1	Impressão, instalação e exibição de <i>Outdoor</i> por <u>uma Bi-semana</u>		
Unidade	Unidade	Qtde	90
Preço Unitário Máximo (R\$): 1.190,83		Preço Total Máximo (R\$): 107.174,70	
Intervalo mínimo entre os lances		R\$ 10,00	
Catser		14249 - Confecção/manutenção de painel visual	

ITEM	Interior do Estado de MS (pelo menos DOURADOS, CORUMBÁ E TRÊS LAGOAS)		
2	Impressão, instalação e exibição de <i>Outdoor</i> por <u>uma Bi-semana</u>		
Unidade	Unidade	Qtde	35
Preço Unitário Máximo (R\$): 1.190,83		Preço Total Máximo (R\$): 41.679,05	
Intervalo mínimo entre os lances		R\$ 10,00	

Catser	14249 - Confecção/manutenção de painel visual
--------	---

ITEM	CAMPO GRANDE/MS		
3	Impressão, instalação e exibição de <i>Busdoor</i>, por um mês/ônibus		
Unidade	Unidade	Qtde	115
Preço Unitário Máximo (R\$): 526,85		Preço Total Máximo (R\$): 60.587,75	
Intervalo mínimo entre os lances		R\$ 10,00	
Catser		14249 - Confecção/manutenção de painel visual	

ITEM	Interior do Estado de MS (pelo menos DOURADOS E CORUMBÁ)		
4	Impressão, instalação e exibição de <i>Busdoor</i>, por um mês/ônibus		
Unidade	Unidade	Qtde	10
Preço Unitário Máximo (R\$): 530,67		Preço Total Máximo (R\$): 5.306,70	
Intervalo mínimo entre os lances		R\$ 10,00	
Catser		14249 - Confecção/manutenção de painel visual	

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 214.748,20
-----------------------------------	-----------------------

1.2. Para esta contratação o objeto foi dividido em quatro itens, podendo ser ofertado preços para todos os itens ou somente para o item de interesse.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3.1. A vigência da prestação dos serviços está prevista para ter início em **09 de março de 2024**, ou na data da assinatura do contrato, caso a assinatura ocorra em data posterior à indicada.

1.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no

SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá este último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de se promover a divulgação institucional e do trabalho desempenhado pela Justiça Eleitoral deste Estado. Os anúncios serão veiculados em OUTDOOR e BUSDOOR em Campo Grande e no interior do Estado (principalmente em Dourados, Três Lagoas e Corumbá).

2.2. A Contratação está inserida no Plano Anual de Contratações, conforme documento SEI n. 0002908-44.2023.6.12.8000 ID: 1502611.

3 . DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADAS AS CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

3.1. Os serviços serão prestados no município de Campo Grande/MS e no interior do Estado.

3.2. A descrição dos serviços segue o disposto nas cláusulas seguintes:

3.2.1: Item 01- Local de prestação dos serviços: Campo Grande/MS

3.2.1.1. Impressão, instalação e exibição de *Outdoor* por uma Bi-semana, atendidas as seguintes características:

a) Dimensões: área total de 9,0 x 3,00 metros (LxA) e área visual de 8,80 x 2,90 metros (LxA);

b) em papel;

b.1) A empresa deverá utilizar **papel certificado** (que possua manejo florestal ecologicamente correto e a rastreabilidade da cadeia de custódia, como o Cerflor e FSC, por exemplo).

b.2) Para realizar a comprovação referida na condição b.1, acima, a empresa deverá indicar a **marca do papel**, que pretende utilizar, na sua PROPOSTA ELETRÔNICA.

b.3) Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá solicitar que a empresa envie a comprovação de que a marca indicada é certificada.

b.4) No momento da entrega final outdoors, a empresa vencedora deverá comprovar que utilizou a marca indicada na Proposta Eletrônica (tal comprovação poderá dar-se mediante apresentação de nota fiscal de compra em nome da licitante, por exemplo).

b.5) A empresa poderá utilizar marca diversa da indicada na PROPOSTA ELETRÔNICA, desde que também seja certificada.

b.6) Caso a empresa utilize marca diversa da indicada na Proposta Eletrônica, deverá enviar a comprovação de qual marca foi de fato utilizada, bem como a comprovação da respectiva certificação.

c) Arte em policromia, conforme modelo a ser fornecido pelo TRE/MS.

3.2.2: Item 02- Local de prestação dos serviços: Interior do Estado de

MS (pelo menos DOURADOS, CORUMBÁ E TRÊS LAGOAS)

3.2.2.1. Impressão, instalação e exibição de *Outdoor* por uma Bi-semana, atendidas as seguintes características:

- a) Dimensões: área total de 9,0 x 3,00 metros (LxA) e área visual de 8,80 x 2,90 metros (LxA);
- b) em papel;
 - b.1) A empresa deverá utilizar **papel certificado** (que possua manejo florestal ecologicamente correto e a rastreabilidade da cadeia de custódia, como o Cerflor e FSC, por exemplo).
 - b.2) Para realizar a comprovação referida na condição b.1, acima, a empresa deverá indicar a **marca do papel**, que pretende utilizar, na sua PROPOSTA ELETRÔNICA.
 - b.3) Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá solicitar que a empresa envie a comprovação de que a marca indicada é certificada.
 - b.4) No momento da entrega final outdoors, a empresa vencedora deverá comprovar que utilizou a marca indicada na Proposta Eletrônica (tal comprovação poderá dar-se mediante apresentação de nota fiscal de compra em nome da licitante, por exemplo).
 - b.5) A empresa poderá utilizar marca diversa da indicada na PROPOSTA ELETRÔNICA, desde que também seja certificada.
 - b.6) Caso a empresa utilize marca diversa da indicada na Proposta Eletrônica, deverá enviar a comprovação de qual marca foi de fato utilizada, bem como a comprovação da respectiva certificação.
- c) Arte em policromia, conforme modelo a ser fornecido pelo TRE/MS.

3.2.3: Item 03- Local de prestação dos serviços: Campo Grande/MS

3.2.3.1. Impressão, instalação e exibição de *Busdoor*, p o r um mês/ônibus, atendidas as seguintes características:

- a) Dimensões: área total de 2,0 x 1,00 metros (LxA);
- b) adesivo em vinil;
- c) Arte em policromia, conforme modelo a ser fornecido pelo TRE/MS.

3.2.4: Item 04- Local de prestação dos serviços: Interior do Estado de MS (pelo menos DOURADOS e CORUMBÁ)

3.2.4.1. Impressão, instalação e exibição de *Busdoor*, p o r um mês/ônibus, atendidas as seguintes características:

- a) Dimensões: área total de 2,0 x 1,00 metros (LxA);
- b) adesivo em vinil;
- c) Arte em policromia, conforme modelo a ser fornecido pelo TRE/MS.

3.3. Da prestação dos serviços de *Outdoor*

3.3.1. Há previsão de veiculação de 125 (cento e vinte e cinco), *outdoors*

durante o período de vigência da contratação, sendo 90 em Campo Grande e 35 no interior do Estado (principalmente nos municípios de Dourados, Corumbá e Três Lagoas), sem número mínimo por bi-semana.

3.3.2. A existência das placas, item 01 - município de Campo Grande e item 02 - nos municípios do interior do Estado (**pelo menos nos municípios de Dourados, Corumbá e Três Lagoas**), deverá ser comprovada mediante a apresentação de documento contendo a listagem atualizada de todos os pontos de *outdoor* da empresa.

3.3.2.1. No município de Campo Grande, a contratada deverá dispor de, pelo menos 30 (trinta) placas em local de grande visibilidade, o que corresponde ao espaço compreendido no quadrilátero entre: Avenida Eduardo Elias Zahran, Avenida Presidente Ernesto Geisel, Avenida Mascarenhas de Moraes e Avenida Ceará.

3.3.2.1.1. A exigência de placas dentro da área delimitada mostra-se essencial haja vista tratar-se de uma mídia estática, cuja eficiência e eficácia da divulgação dependem extremamente da sua localização e do trânsito de pessoas.

3.3.2.1.2. Além do perímetro indicado na cláusula acima, caso a empresa tenha pontos de *outdoor* em outros locais, o TRE/MS poderá utilizar tais pontos.

3.3.3. Nos municípios de Dourados, Corumbá e Três Lagoas a contratada deverá encaminhar documento contendo a listagem de todos os pontos de *outdoor* da empresa por município.

3.3.3.1. Nos demais municípios a fiscalização solicitará, no momento da requisição do serviço, a indicação dos pontos de *outdoor* disponíveis para veiculação.

3.4. Da prestação dos serviços de *Busdoor*

3.4.1. Há previsão de veiculação de 125 (cento e vinte e cinco) *busdoor* durante o período de vigência da contratação, dos quais 115 serão veiculadas em Campo Grande e 10 serão veiculadas nos municípios do interior do Estado (principalmente nos municípios de Dourados e Corumbá), sem número mínimo por mês/ônibus.

3.4.1.1. Os adesivos deverão ser colados no vidro traseiro externo do ônibus.

3.4.2. A licitante deverá apresentar documento contendo a listagem atualizada de todas as linhas que podem ser utilizadas ao longo da vigência da contratação, item 03 - Município de Campo Grande e item 04 - interior do Estado (**pelo menos para os municípios de Dourados e Corumbá**).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- *Consórcio*

4.1. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

- *Sustentabilidade*

4.2. No presente certame, como critério de sustentabilidade, exigir-se-á que a

impressão dos *outdoors* seja realizada em papel certificado, conforme descrição contida na especificação dos itens 01 e 02, cláusulas 3.2.1 e 3.2.2.

- *Garantia da contratação*

4.3. Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- *Subcontratação*

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- *Natureza dos serviços*

4.5. O serviço a ser contratado deve ser considerado de natureza continuada, em vista da necessidade permanente em divulgar o trabalho da Justiça Eleitoral.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Havendo necessidade do serviço, o fiscal da contratação, solicitará à empresa contratada, até 15 (quinze) dias antes da veiculação, a relação de placas/locais e/ou ônibus disponíveis para utilização.

5.1.1. Caberá à fiscalização a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à contratada (por. ex.: em mãos, correio eletrônico, aplicativo de mensagem eletrônica ou outro meio disponível).

5.1.2. verificar se a empresa utilizou *papel certificado* para a impressão dos itens 01 e 02.

5.2. Recebida a relação de placas/locais e/ou ônibus disponíveis, a fiscalização informará, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, o período de veiculação e os locais/linhas escolhidos para veiculação.

5.3. A fiscalização ficará responsável pelo envio da arte do outdoor/busdoor até 5 (cinco) dias úteis antes do início do período escolhido e o repassará por e-mail; mídia digital disponível (exmplo: *Pen Drive*); aplicativos de mensagens eletrônicas ou outro meio disponível à empresa contratada.

5.3.1. A arte será fornecida em formato *PDF*, cabendo à contratada ajustar a arte encaminhada ao tamanho padrão utilizado.

5.4. Ficará sob a responsabilidade da empresa contratada a locação, confecção, colagem e manutenção dos outdoors/busdoor, conforme orientação e aprovação dos locais/linhas pelos fiscais da contratação.

5.4.1. A confecção dos cartazes e a colagem nos outdoors/busdoor deverão estar prontos no dia do início do período indicado pela fiscalização.

5.4.2. A Empresa contratada enviará checking fotográfico em até 5 dias úteis do início período indicado, com fotos de todos pontos que os outdoors foram instalados e/ou linhas de ônibus, por e-mail ou mídia física.

5.5. A manutenção dos *outdoors/busdoors* deverá ser feita sempre que a fiscalização perceber rasuras, manchas, rasgos e/ou danos que prejudiquem a visualização da mensagem.

5.5.1. Quando percebido o dano, a fiscalização comunicará a contratada, através de e-mail, que terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para corrigir o defeito.

5.5.2. O prazo, indicado na cláusula 5.5.1. acima, será contado do recebimento da notificação, sendo que, os dias em que a mensagem estiver publicada com danos ou inconsistências, deverão ser acrescidos ao final do período de veiculação.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escritos sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.3.2. O acompanhamento e fiscalização dos serviços ficarão a cargo da ASCOM - Assessoria de Comunicação e Cerimonial, podendo ser auxiliada pelos chefes de cartório no interior do Estado, devendo ser concedido a esta o acesso a todas as etapas dos serviços prestados.

6.3.2.1. A atividade de fiscalização por parte da contratante não exclui ou reduz a responsabilidade da contratada pela adequada execução do objeto contratado.

6.3.2.2. A contratada deverá fornecer os elementos necessários a regular execução dos serviços de fiscalização.

6.3.2.3. À Administração, através da fiscalização, reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sem exacerbar sua competência, toda e qualquer ação de orientação geral sobre a execução dos serviços.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão

ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento ou envio de Nota de Empenho;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. Acompanhar a execução dos serviços pela contratada;

6.6.5. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços prestados ficará a cargo da ASCOM - Assessoria de Comunicação e Cerimonial, e consistem em:

7.1.1. O recebimento provisório consiste em verificar se a mensagem foi veiculada no local/linha definido pela fiscalização, bem como se contêm rasuras, manchas, rasgos e/ou danos que prejudiquem a visualização da mensagem.

7.1.2. O recebimento provisório deverá ser realizado em até 02 (dois) dias úteis após o início da do período de divulgação.

7.2. O recebimento definitivo será realizado, em até 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do período de divulgação.

7.3. A fiscalização rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Termo de Referência.

7.4. Ainda quando detectados somente no momento de sua veiculação, a contratada ficará obrigada a adequar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo indicado na cláusula 5.5.1, do Capítulo 5 deste Termo de Referência, os serviços objeto da contratação em que se verificarem defeitos de execução ou de materiais empregados.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.5.1. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.5.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada pela empresa contratada à ASCOM, após a conclusão da execução dos serviços. A critério do TRE/MS a nota fiscal/fatura poderá ser encaminhada para o e-mail indicado pela fiscalização.

7.6. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.6.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.7.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.8. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.9. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. Para fins de aceitação da proposta, a empresa licitante deverá:

8.3.1. encaminhar, exclusivamente por meio do sistema e quando solicitado pelo Pregoeiro os seguintes documentos exigidos nas cláusulas 3.3.2., 3.3.3. e 3.4.2, capítulo 3 deste Termo de Referência:

a) Itens 01 e 02 - listagem atualizada de todos os pontos de outdoor da empresa nos municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá e Três

Lagoas;

b) Item 03 - listagem comprovando a capacidade de veiculação da propaganda em, pelo menos, 30 (trinta) veículos que circulem no centro/bairros/terminais no município de Campo Grande/MS, bem como as linhas em que circulam;

c) Item 04 - listagem contendo as linhas em que os veículos circulam nos municípios de Dourados e Corumbá.

8.3.2. Indicar a MARCA do papel que pretende utilizar na confecção/impressão dos outdoors, na forma disciplinada nas alíneas "b" das cláusulas 3.2.1.1 e 3.2.2.1.

8.3.2.1. Caso não haja, na proposta eletrônica, a indicação da marca do papel, o Pregoeiro convocará a licitante, via chat, para prestar a informação.

8.3.2.2. O Pregoeiro, mediante pesquisa na internet, verificará se a marca ofertada é certificada;

8.3.2.1.1. Caso o Pregoeiro não consiga verificar a certificação da marca do papel, convocará a empresa para que apresente a comprovação exigida;

8.4. O prazo para encaminhar os documentos solicitados na cláusula 8.3.1, e para indicar a marca do papel exigida na cláusula 8.3.2 e para encaminhar a certificação exigida na cláusula 8.3.2.1.1, será de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 214.748,20 (duzentos e quatorze mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e

sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- II) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- IV) Elementos de Despesa: 3390.30.59;
- V) Plano Interno: ADM DIVULG

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo.

12. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência e na minuta do Contrato.

12.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

14. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

14.1. Realizar a prestação dos serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na minuta do Contrato.

14.2. Manter, durante todo o prazo de execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

14.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

14.4. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

14.5. Efetivar as publicações nos locais/linhas escolhidas pela fiscalização, de acordo com a relação, disponibilizada pela contratada, de placas/locais/linhas disponíveis

para veiculação.

14.6. Manter as publicações pelo prazo solicitado (uma bi-semana e/ou um mês/ônibus).

14.7. Realizar as substituições das publicações, quando solicitadas pela fiscalização, no caso de ocorrência de publicações em desacordo com a arte repassada pela ASCOM, assim como efetivar as substituições das publicações quando da ocorrência de algum dano (rasuras, manchas e/ou rasgos) que comprometam a visualização da mensagem.

14.8. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

14.9. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

10.10. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

10.11. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio do TRE/MS.

Campo Grande/MS.

TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, **Técnico Judiciário**, em 07/12/2023, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1553031** e o código CRC **62BAB693**.

